



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

# **CLIPPING**

**24 de abril de 2018**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso			
( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias			
( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
( ) Geral ( ) Polícia			
DATA	24/04/18	PÁG.	6
		( ) Gerada ( ) Espontânea	
		( ) Positiva ( ) Negativa	

## Açailândia MPMA e Sema discutem elaboração de estudo sobre qualidade do ar

Em reunião realizada nessa segunda-feira, 23, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e as promotoras de justiça Leticia Teresa Sales Freire e Samira Mercês dos Santos discutiram, com técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), a questão da qualidade do ar em Açailândia. As promotoras de justiça defendem a ideia de que o Estado do Maranhão realize um inventário de qualidade do ar no município. Atualmente, as informações existentes são prestadas pelas próprias empresas do pólo siderúrgico existente no Piquiá de Baixo, em Açailândia, que são validados pela Sema. De acordo com os técnicos da Sema, os estudos apresentados são feitos pelas empresas e medidos em suas próprias chaminés. Para as promotoras de justiça, no entanto, é necessária uma medição mais ampla, que contemple a qualidade do ar no bairro Piquiá de Baixo e em todo o município, considerando, inclusive, que essas empresas já atuam há décadas na região.

O procurador-geral de justiça ressaltou que os dados prestados pelas empresas precisam ser vistos com cuidado e que existe a necessidade de informações oficiais, obtidos pelos órgãos de controle ou por empresas contratadas por eles. Durante a reunião, os representantes da Sema, Diego Lima Matos, Talissa Rabêlo Moraes e José Guilherme Braga Filho, se comprometeram a levar a demanda de realização do inventário de qualidade do ar para avaliação da Secretaria. Também houve o compromisso de que a Sema encaminhará às promotoras de justiça os estudos mais atualizados a respeito da qualidade do ar na região, que já haviam sido solicitados pelo Ministério Público mas não disponibilizados até então.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso			
( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias			
( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
(X) Política ( ) Cidades / Vida		Outros	
( ) Geral ( ) Polícia			
DATA	24/09/2018	PÁG.	03
		( ) Gerada ( ) Espontânea	
		( ) Positiva ( ) Negativa	

## "Sarney desesperado para voltar ao poder", diz Flávio Dino

DA REDAÇÃO

Após a divulgação de ofícios da Polícia Militar do Maranhão sobre espionagem de opositores, o governador Flávio Dino (do PCdoB) criticou a oposição e atribuiu aos seus adversários políticos a crise da segurança pública durante seu governo.

Visivelmente indignado, o governador chama de "delírio fascista" e "desespero eleitoral" o que considera uma grande farsa. Apesar do tumulto provocado pela nota de espionagem, Flávio Dino mostra otimismo quanto às eleições de 2018 e afirma que vai continuar se posicionando sobre o que julgar errado.

### Apuração

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão deter-



Flávio Dino (PCdoB) critica a oposição e atribui aos seus adversários políticos a crise da segurança pública

minou a conclusão em até 30 dias da sindicância para apurar a responsabilidade sobre do-

cumento ilegal emitido sem o conhecimento e a autorização do Comando da Instituição Po-

licial Militar. A nota tratava de suposta determinação a Unidades do Interior sobre iden-

tificação de lideranças políticas.

Conforme estabelecido em lei, o prazo inicial de 30 dias corridos pode ser prorrogado por 20 dias, caso haja necessidade. A ordem sobre a sindicância está em uma portaria assinada pelo Comandante Geral da Polícia Militar, Jorge Luongo. O encarregado pela apuração dos fatos será o coronel Antônio Roberto dos Santos Silva. Entre os trabalhos que o coronel fará, está "qualificar, inquirir, conhecer e acarear, se for o caso, os envolvidos e demais testemunhas", de acordo com a portaria.

### Exoneração

Na sexta-feira, 20, o secretário da Segurança Pública, Jefferson Portela, classificou o documento emitido sem o conhecimento do comando da PM como um "erro gravíssimo". "Eu

determinei a imediata exoneração dos responsáveis por essa nota. Não tem como permanecer na direção de um comando de processo eleitoral quem emite uma nota dessa", disse o secretário.

"A exoneração é de um, dois ou quantos forem. A nota contraria as regras da democracia", acrescentou Portela. De acordo com ele, "isso foi comunicado sem passar ao Comando Geral, o que não pode. Nós somos uma corporação que tem disciplina e hierarquia".

O comandante-geral da PM, Jorge Luongo, afirmou que o procedimento de apuração já foi instaurado: "Nós fomos pegos de surpresa com essa documentação indevida e não autorizada. É um absurdo, uma nota ilegal que não foi emanada pelo comando da instituição. De pronto, a gente repudia esse levantamento".





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	24/09/2018	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# MP vai apurar conduta da PM

Por meio de memorando, foi determinado que as unidades da polícia deveriam informar ao Comando as lideranças políticas que fazem oposição ao governo local ou estadual em cada cidade, o que é inconstitucional.

O Ministério Público Eleitoral no Maranhão apura a conduta da Polícia Militar (PM) do Maranhão que pode causar embaraços no pleito eleitoral. O Comando de Policiamento do Interior PM determinou que as unidades subordinadas devem informar quais lideranças políticas que fazem oposição ao governo local ou estadual. A ordem está valendo desde 6 de abril, devido a um memorando assinado pela PM do estado.

De acordo com o procurador Regional Eleitoral, Pedro Henrique Castelo Branco, "o memorando não esclarece ou motiva de forma idônea as razões da necessidade do 'levantamento eleitoral' solicitado. Também não observa direitos fundamentais presentes na Constituição, que garantem a liberdade de manifestação e de expressão, bem como o livre exercício da convicção política", afirmou.

Segundo a Lei Complementar 64/1990, o uso desviado ou indevido de poder conferido a agente público, no exercício de função ou cargo de Administração Pública, em favor de candidato ou partido político, configura abuso de autoridade.

## Sanção

Ainda de acordo com a legislação eleitoral, podem sofrer a sanção de cassação do registro ou diploma tanto os responsáveis pela conduta ilícita, como tam-

bém os candidatos meramente beneficiários, sendo apenas a sanção de inelegibilidade de caráter pessoal ao responsável.

Diante disso, com o propósito de esclarecer os fatos, bem como de eventualmente

diminuir ou cessar atividades ilícitas eleitorais, para evitar que assumam uma dimensão mais grave, o Ministério Público Eleitoral instaurou Procedimento Preparatório Eleitoral. Para tanto, requisitou do

comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão que se manifeste, no prazo de 10 dias úteis, e encaminhe cópia integral dos procedimentos administrativos que tenham relação com o caso.

O memorando não esclarece ou motiva de forma idônea as razões da necessidade do 'levantamento eleitoral' solicitado. Também não observa direitos fundamentais presentes na Constituição, que garantem a liberdade de manifestação e de expressão, bem como o livre exercício da convicção política

**Pedro Henrique,**  
procurador Regional  
Eleitoral







MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	24/04/2023	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Cutrim pede CPI para investigar denúncia de que Jefferson Portela coagiu PM a delatar

Em pronunciamento na Assembleia Legislativa, dirigindo-se ao governador Flávio Dino, o parlamentar governista disse que o titular da SSP-MA não tem mais condições de permanecer no cargo

**GILBERTO LÉDA**  
Da editoria de Política

O deputado estadual Raimundo Cutrim (PCdoB), membro da base aliada do governador Flávio Dino (PCdoB), solicitou ontem, em discurso na Assembleia Legislativa, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncia de um policial militar segundo a qual ele teria sido coagido pelo secretário de Estado da Segurança, Jefferson Portela (PCdoB), para incluir o nome do parlamentar entre os integrantes de uma quadrilha de contrabando desbaratada no mês de fevereiro em São Luís.

O PM em questão é Fernando Paiva Moraes Júnior, que prestou depoimento no dia 16 de abril ao juiz federal Luís Regis Bomfim Filho, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal no Maranhão. Na ocasião, o militar desistiu de continuar com um acordo de colaboração premiada proposto pelo Ministério Público Federal (MPF), sob a alegação de que sofreu tortura psicológica para delatar Cutrim e um delegado de Polícia Civil sem envolvimento com o bando.



**Raimundo Cutrim quer CPI para investigar denúncia de coação**

O deputado classificou o caso como “tentativa criminosa” do atual titular da SSP. “Hoje sou a vítima, amanhã será qualquer um dos senhores, seus familiares, seus amigos e qualquer um cidadão. Esta Casa precisa cobrar com urgência uma posição do Poder Executivo!”, disse.

“É importante frisar que a tentativa criminosa do secretário de Segurança Pública tentando me envolver em uma quadrilha ou associação criminosa de contrabandistas representa uma frustração pessoal, por

não corresponder com a Segurança Pública do Estado”, disse.

Na avaliação de Cutrim, Portela não tem mais condições de permanecer no cargo. “Que vergonha para o nosso povo. Governador, a permanência de Jefferson Portela compromete o seu governo, desrespeita a Assembleia, quando, por questões pessoais, tenta criminosamente envolver um membro deste Poder”, completou.

Ele pediu apoio dos demais colegas de parlamento para a criação de uma CPI sobre o caso. Em nota, Jefferson Portela defendeu-se das acusações do PM. Diz o secretário que nunca conversou com Fernando Paiva sobre a formulação do acordo de delação.

“A acusação é mais um crime praticado pelo soldado, preso em flagrante por contrabando e já denunciado pelo Ministério Público Federal por participação de organização criminosa. Diferentemente do que diz, nunca conversei com ele sobre uma possível delação premiada”, disse Portela.

**Mais em Polícia 4**

## Procurador do MPF diz que secretário teve “conversa”

Em entrevista coletiva realizada no sábado, 21, o procurador da República Juraci Guimarães Júnior, do Ministério Público Federal no Maranhão, acabou confirmando que, se não participou do acordo de delação, o secretário de Estado da Segurança, Jefferson Portela, pelo menos teve contato com o policial militar Fernando Paiva - sem a presença dos seus advogados -, antes da celebração dos termos da colaboração.

O caso ocorreu no dia 7 de abril, quando o PM foi levado do “Manelão” - unidade prisional localizada dentro do Comando Geral da PM, onde ele estava custodiado - à sede do MPF.

Segundo Guimarães Júnior, antes de ser levado a uma sala para conversar com os procuradores, Paiva teve “contato inicial” com Portela. ●





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	24/09/2018	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## ESTADO MAIOR

### Ele nunca tem culpa?

O governador Flávio Dino (PCdoB) decidiu derramar todo o seu ódio nas redes sociais depois que a notícia de politização da Polícia Militar do Maranhão ganhou divulgação nacional. Dino, como sempre, culpou o Grupo Mirante pela circular da PM que determinava a espionagem de adversários políticos do governo estadual.

Segundo o comunista, ele não determinou a ordem para espionar - ou intimidar os seus adversários. Mas fica uma questão: que notícia nos veículos nacionais ou mesmo locais disse que a ordem partiu do governador?

Em momento algum.

No entanto, quando uma ação é feita numa gestão, a referência sempre é para o gestor principal. Em um estado, no caso, é para o governador.

O problema de Flávio Dino - durante todo o seu governo - é que as ações que ele considera boas, a determinação é dele, orientação sua. Mas quando o caso é ruim, o governador

esquece de suas funções inerentes ao cargo - que seria de chamar a responsabilidade para si e resolver o problema - e opta por culpar terceiros. Atitude de quem não gosta de ser contrariado.

Ora, se Dino usa a tática de culpar seus adversários e, quando convém, seus subordinados pelas derrapadas em sua administração, qual seria a dificuldade de usar a PM para acompanhar de perto quem não concorda com seu governo?

**Flávio Dino  
prefere culpar  
terceiros agindo  
como uma pessoa  
que não gosta de  
ser contrariada**

### Pior defesa

A pior defesa para o Governo do Estado foi protagonizada pelo líder de Flávio Dino na Assembleia Legislativa, Rogério Cafeteira (DEM).

O governista resolveu dizer que a ação partiu do tenente coronel Emerson Farias Costas, que o fez por ter ligação com o pré-candidato a governador do PRP Ricardo Murad.

Os deputados da oposição fizeram logo o questionamento a Cafeteira para saber o que fazia um PM ligado a um opositor em cargo de confiança do governo. O líder de Dino não conseguiu responder.

### Estratégia furada

A comunicação alugada pelo governo estadual já traçou a estratégia para desqualificar o pedido que os deputados de oposição farão pela intervenção federal no Maranhão.

Segundo os blogs e demais mídias pagas pelos Leões, uma armação de adversários para dar o golpe no Estado. Algo de filme.

Na verdade, os deputados da oposição querem segurança federal, já que não se sentem mais seguros com uma polícia que está sendo usada politicamente em favor de Flávio Dino.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros	
DATA	24/09/2018	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada ( ) Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva ( ) Negativa	

# Espionagem: deputados de oposição pedem a convocação de oficiais

Eduardo Braide é autor de requerimento assinado por outros 10 deputados; objetivo é esclarecer de quem partiu a ordem do monitoramento à oposição

RONALDO ROCHA  
Da editoria de Política

**O**nze deputados estaduais protocolaram, ontem, na Assembleia Legislativa, requerimento que convida o tenente-coronel Emerson Farias Costa, o coronel Antônio Markus da Silva e o major Jádriel Luis Sousa Rezendes, todos com atuação no Comando de Policiamento de Interior da Polícia Militar, para prestarem esclarecimentos a respeito do Memorando Circular 098/2018, da PM, que determina o monitoramento de políticos de oposição ao governador Flávio Dino (PCDoB).

O caso ganhou repercussão nacional no último fim de semana, após reportagem de O Estado revelar o teor do documento, distribuído a todos os batalhões submetidos ao CPI, com a ordem de "fichamento" dos opositores.

Para os parlamentares, a ordem da espionagem partiu do governador Flávio Dino.

Autor do requerimento subscrito por outros 10 parlamentares, Eduardo Braide (PMN) afirmou que o Brasil ficou estarecado com o escândalo. Ele enfatizou que o documento assinado por oficiais da PM tinha o objetivo de "fichar" a oposição. Para o deputado, trata-se do uso político da força policial.

"A repercussão foi tão grande que houve o sentimento de todos os maranhenses em refutarem, criticarem e dizerem do absurdo da medida com o qual o governador Flávio Dino tentou transformar a Polícia Militar em uma polícia partidária", disse.

## REQUERIMENTO

ESTADO DO MARANHÃO  
Assembleia Legislativa  
Gabinete do Deputado EDUARDO BRAIDE  
Av. Antônio de Albuquerque, 355 - Caxias - CEP: 65.071-700  
Telefone: (98) 3269-1214 / 1217

REQUERIMENTO Nº 2018

Señor Presidente,

Na forma regimental, artigo de Vinte e Duas da Constituição Federal, após período de 15 dias, após notificação e prazo razoável em este Caso o Tenente-Coronel Emerson Farias Costa, o Coronel Antônio Markus da Silva e o Major Jádriel Luis Sousa Rezendes, no Sessão Plenária de 8 de maio, de 13 horas, acerca de expedição e arquivamento do Memorando Circular 098/2018 - que determina a Polícia Militar do Maranhão o desenvolvimento de atividades de espionagem no Governo do Estado, o qual apresenta um veredito emitido no estado-demonstrativo de fatos.

FELIPE DEPUTADO "MAÍZ HARRÉZ": DO PALÁCIO MANGUEL RECKMAN, EM 23 DE ABRIL DE 2018.

EDUARDO BRAIDE  
Deputado Estadual - PMN

## OUTRO LADO

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Rogério Cafeteira (DEM), tentou desqualificar as denúncias levantadas pelos deputados de oposição a respeito dos documentos que tratam do monitoramento da Polícia Militar a políticos que fazem oposição ao chefe do Executivo. Para Cafeteira, houve uma armação política no caso e merece ser investigada. Ele responsabilizou os oficiais da PM.

## Andrea pede intervenção federal nas eleições 2018

A deputada estadual Andrea Murad (PRP) protocolou uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR), com pedido de apuração do ofício que determina o monitoramento da Polícia Militar aos adversários de Flávio Dino (PCDoB) e pede a intervenção da Segurança Nacional nas eleições 2018.

"Os documentos do comando da PM são ilícitos gravíssimos, com o único objetivo de favorecer a reeleição do governador Flávio Dino", disse.

“Flávio Dino foi pego na mentira, porque depois apareceu um ofício que partiu de São Luís. Mais à frente, surge um outro ofício, esse de Caxias. Foi uma ação coordenada com vários documentos oficiais assinados por oficiais da PM. São Luís, Barra do Corda, Caxias”





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	24/04/2018	PÁG.	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Eleição no vale-tudo entre Grupo Sarney e Flávio Dino

RAIMUNDO BORGES

Faltam apenas cinco meses das eleições gerais de 2018. No Maranhão, a disputa do Palácio dos Leões, sede do governo estadual, ganha contornos de uma guerra travada pelas variadas forças na batalha. As mídias e os políticos por trás fazem o barulho infernal chegar ao centro do poder. O governador Flávio Dino e seu governo são alvos de sucessivas acusações nas áreas sensíveis – de saúde e de segurança pública.

A população maranhense e a nacional vêm sendo bombardeadas, via meios de comunicação, por notícias comprometedoras, sobre corrupção na área da Saúde e por suposto monitoramento criminoso a opositores do governo, por parte da estrutura da Polícia Militar, envolvendo oficiais de alta patente. O governador Flávio Dino e o secretário de Segurança, Jefferson Portela, rebatem as acusações, atribuindo-as ao Grupo Sarney, com suas ramificações na corporação policial e na Assembleia Legislati-



Coincidentemente, a fonte da matéria divulgada no Estadão é o deputado estadual Souza Neto (PRP), genro de Ricardo Murad

Matéria no Portal Vermelho

va, onde tudo tem ressonância. A notícia mais explosiva foi o vazamento sobre um memorando assinado pelo coronel Antônio Markus da Silva Lima, dirigido aos demais comandantes de sua área centralizada em Barra do Corda. Teria sido a continuidade de outro ofício interno, supostamente assinado pelo cel. Emerson Faria Costa, comandante do Policiamento do Interior (CPI), de 9 de abril, quando o Comando Geral da PM ainda estava com o coronel José Frederico Pereira, que se despediu da tropa na mesma

data, para disputar a eleição de deputado estadual.

O memorando dava prazo de 24 horas, até as 12h do dia 10 de abril, para que os levantamentos sobre vários pontos de atuação de opositores do governo no interior fossem enviados à CPI de São Luís. A divulgação de tais documentos repercutiu nacionalmente, com debate entre deputados de oposição ao governo.

Mesmo com incisivas negações do secretário de Segurança, Jefferson Portela, do atual comandante-geral da PM,

cel. Jorge Luongo, e do governo do próprio governador Flávio Dino, mas o barulho foi amplificado para a Rede Globo, via TV Mirante, dos Sarney. O governador se encarregou de negar autenticidade dos documentos e sua ordenação, via Twitter e por vídeo na internet, que todo o barulho é armação política, com relação direta na disputa do governo entre ele, Roseana Sarney e mais nove candidatos.

Em matéria no Portal Vermelho (do PCdoB), diz quem assinou o papel, como memorando, foi o tenente-coronel Emerson Farias Costa, promovido à patente em 29 de dezembro de 2014, quando já se encerrava o governo de Roseana Sarney. Na época, Ricardo Murad, o titular da Secretaria de Saúde, passou a acumular, em 3 de abril, o cargo com o de secretário de Segurança Pública no Maranhão. "Coincidentemente, a fonte da matéria divulgada no Estadão é o deputado estadual Souza Neto (PRP), genro de Ricardo Murad", diz a matéria.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso		<input type="checkbox"/> O progresso	
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias		<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog		<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	PÁG.		
24/04/2018	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Andrea Murad solicita intervenção na Segurança

Deputada do PRP pede que sejam indicados interventores para comandar a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão

GEORGE RAPOSO

Após a especulação de que um grupo de deputados estaduais poderia pedir a intervenção federal nas eleições do Maranhão, a deputada Andrea Murad (PRP) oficializou a solicitação à Procuradoria Geral da República para a nomeação de interventores na segurança pública do Estado.

Em seu pedido, Andrea Murad compara a ordem expedida no documento da Polícia Militar com as práticas realizadas pela polícia na época da Ditadura Militar. "Como se verifica pelos documentos públicos anexos e centenas de notícias veiculadas em diversos meios de comunicação, o atual governo do Estado do Maranhão decidiu montar na estrutura da Polícia Militar do Maranhão uma espécie de "Doi-Codi" para fichar os adversários políticos do governador Flávio Dino e autoridades públicas", afirmou a deputada no pedido.

Para embasar o seu pedido, a deputada acredita que os fatos ocorridos são tipificados nos requisitos para a intervenção federal elencados no artigo 34 da Constituição Federal, incisos III, IV e VII.

"A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana", dita a Carta Magna.

Com isso, o pedido, endereçado à procuradora-geral da República, solicita que ela represente ao Supremo Tribunal Federal (STF) que seja feita a intervenção no Maranhão, com a designação de interventores para comandar a Secretaria de Segurança do Estado e o comando da Polícia Militar. O período solicitado é do mais breve possível até a divulgação dos resultados das eleições gerais de outubro e novembro.



Deputada Andrea Murad criticou fortemente a postura do Governo e solicitou intervenção federal

O atual governo do Estado do Maranhão decidiu montar na estrutura da Polícia Militar do Maranhão uma espécie de "Doi-Codi" para fichar os adversários políticos do governador Flávio Dino e autoridades públicas

Andrea Murad, deputada

## Repercussão

O primeiro a se manifestar positivamente a favor de uma intervenção foi Eduardo Braide (PMN), que acrescentou que pretende chamar os policiais envolvidos no caso para serem ouvidos na Assembleia Legislativa. "Apresentarei um requerimento de convocação dos policiais que assinaram esses ofícios para prestar esclarecimentos à Assembleia sobre fatos. O argumento de que este foi um fato isolado sem a ordem do governo do estado não é verdade. Todos nós sabemos que a Polícia Militar é organizada com base na hierarquia e disciplina e nenhum policial tomaria uma atitude dessa sem uma ordem superior", disse Braide.

Edilázio Júnior (PSD), por sua vez, comentou a existência de suspeita sobre o monitoramento de políticos de oposição do governo. Confessou também a ideia de que há grampos telefônicos clandestinos e revela

o pedido de uma auditoria no sistema da Polícia Civil.

"É um verdadeiro absurdo, que choca o estado de democracia, que temos que continuar vivendo no Maranhão. Mas, de forma velada, nós, da oposição, já tínhamos a suspeita de que isso tudo já vinha acontecendo, como grampos telefônicos clandestinos. O problema agora é colocar isso no papel. Chegamos a pedir uma auditoria no sistema guardião, que é utilizado pela Polícia Civil do Maranhão, para os devidos esclarecimentos, mas à época não tivemos apoio necessário. Agora, vamos levar este assunto à tribuna da Assembleia, pois usar a polícia dessa forma pode ser considerado até crime de responsabilidade", disse o deputado.

O secretário de Estado da Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, reuniu-se com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), para esclarecer denúncia de suposto envolvi-

mento da Polícia Militar em monitoramento de políticos adversários do governo Flávio Dino, juizes eleitorais, representantes do Ministério Público e delegados do interior, cujo comportamento poderia comprometer o processo eleitoral. O secretário estava acompanhado do comandante-geral da PM, coronel Jorge Luongo. Os deputados Rogério Cafeteira (DEM), líder do governo na Assembleia Legislativa, e Galibert Cutrim (PDT) acompanharam a reunião.

Sobre o suposto memorando que teria sido expedido às unidades da PM do interior, cuja autoria é atribuída ao tenente-coronel Emerson Farias Costa, subchefe do Estado Maior do Comando de Policiamento do Interior do Estado, o secretário Jefferson Portela disse ter sido um "erro gravíssimo".

Conforme o secretário, a nota contraria as regras da democracia. De acordo com ele, o documento não passou pelo Comando Geral da PM. Ele disse, também, que o governador Flávio Dino ficou bastante indignado ao tomar conhecimento do fato.

"Estou aqui esclarecendo tudo ao presidente da Assembleia Legislativa, para que o parlamento do Maranhão tome conhecimento da situação. Determinei a instauração de uma sindicância e todos os culpados deverão ser punidos, exemplarmente", garantiu Jefferson Portela.

o suposto memorando, imagine agora, em 2016, quando a eleição será a marca definitiva da sobrevivência ou do ocaso dos Sarney em relação ao governo do Maranhão. Não é à toa que o projeto de reeleição de Flávio Dino (PCdoB) virou alvo tanto dos sarneistas políticos, quanto das mídias próprias e agregadas, que fazem a complementação dos ataques.

Flávio Dino é consciente da dimensão da guerra política em que está metido. Por isso, não pode errar suas estratégias, nem desperdiçar munição. Se ele está numa guerra contra o chefe político da oligarquia mais longeva do Brasil, que durou 50 anos, com domínios dentro e fora do Maranhão. É uma estrutura de poder que se espalha pelo Brasil, em todas as áreas. Nenhum político brasileiro chegou a tão longe, quanto o acadêmico José Sarney.

O tamanho da rede de comunicação dos Sarney no Maranhão é único no Brasil. Em nenhum estado, um político reúne tantas emissoras de rádio, TV, jornal impresso e mídias eletrônicas, com forte influência nos esportes, na cultura popular e onde mais couber ação do grupo. Sem o poder público dando sustentação a tudo isso, não é fácil sobreviver por longos anos. Por isso, a dimensão que as mídias e seus tentáculos políticos conseguem dar a qualquer ocorrência fora do padrão do governo "comunista" de Flávio Dino.

O governador sabe com quem está lutando. Sabe que a batalha é dura e sem tréguas. E não adianta reclamar, porque eles sabem como lidar com isso toda vez que o poder escapou de seu controle, como nos governos Nunes Freire, década de 70; João Castelo, José Reinaldo e Jackson Lago. Flávio Dino não pode pisar na bola. A oposição que sonha derrubá-lo em outubro está além do palanque de Roseana. Pertence também a Roberto Rocha, Eduardo Braide, Maura Jorge e Ricardo Murad. "O trator". Todos políticos alinhados e com raízes no sameísmo.

## Em causa imprópria

O deputado Rubens Júnior, do PCdoB, é contra a presença de parlamentares condenados por qualquer crime na comissão especial que estuda o novo Código de Processo Penal. O deputado João Rodrigues, que está preso, mas frequentando a Câmara, faz parte da comissão.

## Desafio na campanha

O governador Flávio Dino reagiu imediatamente diante da sucessão de "escândalos" e fake news sobre seu governo. Primeiro, deu nomes e sobrenomes dos que estão por trás dos "escândalos". Segundo, Dino vai com tudo para cima dos Sarney, desafiando Roseana para disputar o governo e enfrentá-la nos debates.

## Galopando na literatura

Mas o ex-senador José Sarney anda pelas sombras da política do Maranhão, usando sua bengala, de 88 anos, a se completarem hoje, mas sabendo tudo que pode contribuir para desestabilizar o inimigo político número um. Enquanto joga na política, Sarney acaba de lançar o livro *Galope à Beira-Mar*.

## Causos políticos

Trata-se de uma coletânea de casos folclóricos e reais da política nacional, maranhense e internacional. O livro é um delícia: ele relata vários casos e estripulias de Vitorino Freire, outro oligarca da política maranhense, que Sarney detonou em 1965, depois de 20 anos de mandonismo. Só faltou o autor contar causos de sua própria trajetória política de 60 anos.

“Terei o maior prazer em debater todos os temas na TV dos Sarney”





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso			
( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias			
( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida		Outros	
( ) Geral ( ) Polícia			
DATA	24/09/2018	PÁG.	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa



# O IMPARCIAL

www.oimparcial.com.br



Leia em todas as  
plataformas

## Questões de ofício



Memorando da PM vira arma política. Governo e oposição travam batalha a seis meses das eleições

**Polícia Militar presta esclarecimentos**

**Governador Flávio Dino determina apuração**

**PRE vai investigar procedimento**

BASTIDORES

**A hora da verdade**

Se já foi difícil derrotar o candidato do Grupo Sarney, Lobão Filho, em 2014, com Roseana Sarney no poder e, depois, o substituto Arnaldo Melo, imagine agora, em 2018, quando a eleição será a marca definitiva da sobrevivência ou do ocaso dos Sarney em relação ao governo do Maranhão. Não é à toa que o projeto de reeleição de Flávio Dino (PCdoB) virou alvo tanto dos sarnestas políticos, quanto das mídias próprias e agregadas, que fazem a complementação dos ataques. Flávio Dino é consciente da dimensão da guerra política em que está metido.

**Autor de documento teria relação com o Grupo Sarney**

**Andrea Murad pede intervenção na Segurança**

**Jefferson Portela se reúne com liderança na Assembleia**

POLÍTICA

**Meningite se confunde com outras doenças**

Quatro pessoas morreram, somente na apical, por quadro de meninete. Situação

**Sampaio foca na Copa do Nordeste**

A equipe se prepara para enfrentar o River-PI na segunda partida entre as duas equipes, válida pela pré-Copa do Nordeste. O jogo está marcado para amanhã, a partir das 19h15, no Estádio Castelão.

ESPORTES







MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso			
( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias			
( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida		Outros	
( ) Geral (X) Polícia			
DATA	29/04/2019	PÁG.	04
		( ) Gerada ( ) Espontânea	( ) Positiva ( ) Negativa

# Polícia procura pai acusado de matar o filho em Colinas

Crime ocorreu por vingança, já que o acusado não aceitava o fim do relacionamento com a mãe da vítima; ele teria visto a mulher dançando em um bar e decidiu se vingar indo até a casa da avó da criança, onde ela foi morta

ISMAELARAJO  
Da editoria de Polícia

A polícia ainda ontem não havia conseguido prender José Alberto Pereira da Silva, o *Capitão*, de 30 anos, acusado de ter matado a golpes de faca o próprio filho, José Arthur Cruz da Silva, de 5 anos, no último domingo, em Colinas. Segundo a polícia, a criança estava dormindo em uma rede no quarto da residência da avó materna, no bairro Liberdade, dessa cidade. O crime teria sido ocasionado devido ao acusado não aceitar o fim do relacionamento com a mãe da vítima, Francisca Aline Costa da Cruz.

O delegado Rildo Portela, de Colinas, afirmou que José Alberto vai responder pelo crime de filicídio. A sua prisão preventiva foi solicitada ontem ao Poder Judiciário. A polícia aguarda o resultado do exame



José Alberto Pereira da Silva matou o próprio filho por vingança

cadavérico. "Ele matou o próprio filho para se vingar da mulher", declarou Rildo Portela.

Ele informou que os policiais militares e civis estão realizando incursões por Colinas e cidades circunvizinhas, visando localizar o criminoso. "Foi feito um cerco policial na área de matagal, em Colinas, por onde o acusado se embrenhou após cometer o ato criminoso", disse o delegado.

Ainda de acordo com Rildo Portela, o casal estava separado há alguns meses, mas José Alberto não aceitava o fim do relacionamento matrimonial. No dia do crime, ele presenciou a ex-companheira dançando em um bar, no centro da cidade, e se deslocou até a residência da ex-sogra, onde encontrou a criança dormindo em uma rede e lhe aplicou os golpes de faca.

A vítima levou cinco facadas pelo

corpo e, em seguida, o acusado levou a criança ensanguentada enrolada na rede, abandonou-a em via pública e fugiu, embrenhando-se pelo matagal.

Moradores ainda ontem estavam revoltados com essa situação

Casal estava separado há alguns meses

Acusado ainda jogou corpo da vítima na rua

e havia rumores de que o acusado poderia ser linchado. Algumas pessoas chegaram até mesmo a realizar buscas pela cidade, principalmente no matagal por onde o suspeito fugiu.

Feminicídio

Também ontem uma equipe do Departamento de Feminicídio, órgão da Superintendência Estadual de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), que é coordenada pela delegada Viviane Azambuja, estava investigando a morte de Moysane Rodrigues, de 36 anos, e do seu pai, Adalberto Rodrigues, de 61 anos. O crime ocorreu no sábado, 21, no povoado Matinha, em São José de Ribamar.

Ainda de acordo com as informações da polícia, Sérgio Pereira, autor desse crime, não aceitou o fim do relacionamento amoroso com Moysane Rodrigues. No dia 14 de fato, o acusado foi até a residência da vítima com o objetivo de reatar o namoro, mas acabaram discutindo. Durante a briga, ele aplicou os golpes de faca em Moysane Rodrigues e logo depois no ex-sogra, que morreu no local. A outra vítima morreu no Hospital Municipal Socorão II. ■

## Defesa de soldado PM representa contra procuradores e secretário

Advogado do militar, acusado de integrar a máfia do contrabando, recorre ao CNMP alegando que os membros do MPF e Portela cometeram crime de violação de prerrogativa, prevaricação, coação e tortura

A defesa do soldado da Polícia Militar, Fernando Paiva Moraes Júnior, que está sendo feita pelo advogado Leonardo Quirino, afirmou, ontem, que ainda esta semana vai impetrar uma representação no Conselho Na-



SAIBA MAIS

Contrabando descoberto em fevereiro

O cerco policial foi realizado começou na 1ª Vara

## Maranhense é morto em cidade de Goiás

Este foi o 7º caso envolvendo uma pessoa do Maranhão assassinada em outra cidade este ano

Sete maranhenses já foram assassinados a tiros ou a golpes de arma branca fora do Maranhão durante este ano. O último caso ocorreu no domingo, 22, na cidade de Maurilândia, no estado de Goiás. A vítima foi identificada apenas como Fernandes e era







MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros	
DATA	24/06/2018	PÁG.	06
		<input type="checkbox"/> Gerada ( ) Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva ( ) Negativa	

## Matões do Norte

# Justiça determina nomeação de aprovados em concurso municipal

O Poder Judiciário de Cantanhede proferiu decisão liminar na qual determina que o município de Matões do Norte proceda, no prazo de dez dias, à nomeação de todos os candidatos aprovados no concurso público realizado em 2015, cujos cargos foram ocupados por servidores temporários, devendo esses servidores (contratados precariamente) serem, no mesmo prazo, desligados, vez que essa contratação é nula. Deverá o Município, ainda, apresentar, no prazo de 05 dias, todos contratos temporários celebrados no ano de 2017 e 2018, e juntar, no prazo de 5 dias, lei autorizando a contratação de temporários em 2018 (se houver). A decisão, que tem a assinatura do juiz titular Paulo Nascimento Júnior, fixa multa diária no valor de R\$ 10 mil, até o limite de R\$ 100 mil. Conforme a decisão, o caso trata de ação civil pública, tendo

como requerido o Município de Matões do Norte. O Ministério Público questiona a contratação de inúmeras pessoas sem o devido concurso público e em preterimento dos aprovados no último certame realizado no município, regido pelo Edital N° 01/2015. Segundo o MP, autor da ação, o Município mantém em seus quadros diversos servidores temporários, inclusive para cargos com aprovados em concurso, afirmando que o Prefeito se comprometeu a apresentar cronograma de nomeação de candidatos, de modo a garantir que os 84 aprovados (dentro do número de vagas) fossem nomeados. "O gestor municipal não cumpriu o que restou definido e o concurso terá validade expirada em breve", relata o MP. O Município de Matões do Norte se manifestou argumentando não haver os pressupostos necessários para a

concessão da liminar. Afirmou que a contratação por tempo determinado encontra respaldo na Constituição Federal. Para o juiz, a admissão de trabalhadores sem concurso público, sob a forma de contratos de trabalho de natureza temporária, conforme relatado na inicial, é conduta que, além de ofender a moralidade administrativa, atinge toda a sociedade.

### PREVISÃO LEGAL

Na decisão, o magistrado explica que os casos de contratação por tempo determinado exigem os requisitos de existência de previsão legal; contratação por tempo determinado; e necessidade temporária de excepcional interesse público. "O Município de Matões do Norte, a princípio, realizou contratação temporária, mesmo havendo aprovados no concurso público regido pelo edital n° 001 de 2015, para os cargos

providos precariamente. Termo de homologação de f. 328/336 demonstra a aprovação dos candidatos, dentro do número de vagas, com respectivos nomes e cargos (conforme cláusula 8.1, 'c', do edital n° 001 de 2015). A contratação temporária realizada pelo Município de Matões do Norte gerou aos aprovados no concurso direito subjetivo à nomeação", entendeu a Justiça. Além das determinações citadas referidas, o Município de Matões do Norte está obrigado a apresentar, no prazo de 5 dias, folha de pagamento (com especificação de mês, nome, CPF, cargo, lotação, vínculo e valor), demonstrando despesas com pessoal nos exercícios de 2017 e 2018. "Para o caso de descumprimento das determinações em consonância com o disposto no art. 537, caput, do Código de Processo Civil e do art. 11, caput, da Lei n° 7.347/85.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	24/04/2018	PÁG.	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Marcação de consultas por telefone preocupa pacientes da rede estadual

Usuários dos serviços da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Cidade Operária exigem agendamento de consultas apenas de forma presencial

Diego Chaves

“S e já é difícil conseguir marcar uma consulta médica presencialmente no

Centro de Especialidades Médicas da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Cidade Operária, imagina como será exclusivamente por telefone?”. É essa a indagação de pacientes que estão temendo encontrar dificuldades para fazer um agendamento com um especialista na unidade de saúde, desde que foi implantado o novo meio de marcação.

De acordo com o montador João da Cruz, de 51 anos, um paciente chegou a fazer um abaixo-assinado para solicitar que a marcação de consultas seja feita apenas presencialmente. “É bem melhor marcar consultas presencialmente. Muita gente dizendo que o agendamento por telefone vai complicar. Uma pessoa fez um abaixo-assinado para ser só presencial. Eu também assinei”, relatou Cruz.

De acordo com reportagem publicada no site do Governo do Estado, o novo serviço de marcação de consulta por telefone está funcionando para quatro unidades da rede estadual na capital: o Centro de Especialidades Médicas e Diagnóstico Dr. Luiz Alfredo Netto Guterres, conhecido como Pam Dia-



Pacientes do Centro de Especialidades da UPA da Cidade Operária não querem nova forma de marcação

## AGENDAMENTO

Para agendar consulta pela primeira vez na unidade, o usuário deve ligar para o novo serviço. Durante o atendimento, é necessário o número do cartão do SUS. A marcação pode ser feita por meio do telefone 3190-9091. Agora, as consultas estão sendo marcadas de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.

manter; o Centro de Especialidades Médicas da Vila Luizão; o Centro de Medicina Especializada (Cemesp) do Bairro de Fátima e o Hospital do Câncer do Maranhão.

Ainda neste mês, o Centro de

Especialidades Médicas da Cidade Operária, o Hospital Infantil Dr. Juvêncio Mattos e o Centro de Saúde Genésio Rêgo serão incluídos no sistema de agendamento de consultas por telefone. A Secreta-

ria de Estado da Saúde busca implantar o Disque Saúde em 18 unidades da rede estadual, em São Luís, até junho deste ano.

Procurada por O Estado, a Secretária de Estado da Saúde (SES) informou que usuários da UPA da Cidade Operária não precisam utilizar o serviço de *call center*, visto que a unidade é de pronto-atendimento. Quanto ao Centro de Especialidades Médicas (CEM) da Cidade Operária, a secretária frisou que a marcação de consultas é realizada presencialmente. ●





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		ALTERNATIVO	
DATA	24/09/2018	PÁG.	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

### Centro Cultural do MP

A Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, deverá ganhar brevemente um Centro Cultural, que irá funcionar na antiga sede da PGJ, no Centro de São Luís. A proposta nesse sentido foi apresentada pelo diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), e visa criar um espaço para produção e difusão das artes e cultura, envolvendo ações institucionais, especialmente as coordenadas pelos Centros de Apoio Operacional nas áreas de meio ambiente, educação, infância e juventude, probidade administrativa, direitos humanos, saúde, idoso e pessoa com deficiência, criminal e consumidor.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	24/04/18	PÁG.	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Jefferson Portela presta esclarecimentos à Assembleia sobre suposto envolvimento da PM em monitoramento

O secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, reuniu-se na tarde desta segunda-feira (23), com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), para esclarecer denúncia de suposto envolvimento da Polícia Militar em monitoramento de políticos adversários do governo Flávio Dino, juízes eleitorais, representantes do Ministério Público e delegados do interior, cujo comportamento poderia comprometer o processo eleitoral.

O secretário estava

acompanhado do comandante geral da PM, coronel Jorge Luongo. Os deputados Rogério Cafeteira (DEM), líder do governo na Assembleia Legislativa, e Glalbert Cutrim (PDT), também participaram da reunião.

Sobre o suposto memorando que teria sido expedido às unidades da PM do interior, cuja autoria é atribuída ao tenente-coronel Emerson Farias Costa, subchefe do Estado Maior do Comando de Policiamento do Interior do Estado, o secretário Jefferson Portela disse ter sido um "erro gravíssimo".



Othelino, Rogério Cafeteira e Glalbert Cutrim conversam com Jefferson Portela e o coronel Jorge Luongo

"Eu determinei a imediata exoneração dos responsáveis por essa nota. Não há como permanecer na direção de um controle de processo eleitoral quem emite uma nota como essa", disse Portela. Conforme o secretário, a nota contraria as regras da democracia. De acordo com ele, o documento não passou pelo Comando Geral da PM. Ele disse, também, que o

governador Flávio Dino ficou bastante indignado ao tomar conhecimento do fato. "Estou aqui esclarecendo tudo ao presidente da Assembleia Legislativa, para que o parlamento do Maranhão tome conhecimento da situação. Determinei a instauração de uma sindicância e todos os culpados deverão ser punidos, exemplarmente", frisou Jefferson Portela.

AGÊNCIA ASSEMBLE





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	24/04/18	PÁG.	4
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Secretaria de Segurança comprova Soldado que acusou Jefferson Portela mentiu, para 'conturbar investigações'

Em nota à imprensa, a Secretaria de Segurança Pública do Estado confirmou, nesta segunda-feira (23), que são mentiras deslavadas as acusações feitas pelo soldado Fernando Paiva Moraes Júnior contra o secretário Jefferson Portela.

A Secretaria registra que, com isso, o soldado cometeu mais um crime e o Ministério Público Federal, ao enunciar as pessoas que participaram da reunião, deixa claro que Jefferson Portela jamais tratou de conversas sobre

delação, conforme quiseram fazer crer os protagonistas de mais esta farsa urdida contra o Governo do Maranhão. Eis a íntegra da nota da Secretaria de Segurança Pública:

"A respeito da acusação feita pelo soldado Fernando Paiva Moraes Junior, preso por contrabando, a Secretaria de Segurança Pública esclarece que:

1 – A acusação é mais um crime praticado pelo soldado, preso em flagrante por contrabando e já denunciado pelo Ministério Público Federal por participação

de organização criminosa.

2 – Diferentemente do que diz o soldado, o secretário Jefferson Portela nunca participou das conversas sobre possível delação premiada, que se deram em acordo firmado na sede do Ministério Público Federal.

3 – O próprio MPF, desmentindo as calúnias ditas pelo acusado em juízo, veio a público esclarecer que participaram da reunião – que se estendeu por mais de oito horas – quatro procuradores federais, um defensor público da União e um

delegado da Polícia Federal.

4 – O Ministério Público também afirmou que foi decisão do próprio soldado Fernando Paiva Moraes Junior desconstituir seus advogados naquela tarde e requerer o apoio da Defensoria Pública.

5 – Corroborando a afirmação do procurador Juraci Guimarães, as acusações mentirosas e sem qualquer razoabilidade feitas pelo policial militar e seu advogado visam tão somente conturbar as investigações."

## MPF vai apurar vazamento de vídeo em que PM acusa Jefferson Portela

Os procuradores da República Juraci Guimarães Júnior e Carolina da Hora, do Ministério Público Federal no Maranhão (MPF-MA), informaram no fim de semana, durante entrevista coletiva, que vão investigar o vazamento do vídeo de um depoimento do policial militar Fernando Paiva Moraes Júnior, na 1ª Vara Criminal da Justiça Federal no Maranhão. Acusado de participar da quadrilha de contrabando desbaratada em operação realizada no final do mês de fevereiro, o militar disse, em oitiva presidida pelo juiz federal Luís Regis Bomfim Filho, que foi coagido pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, a apontar os nomes do deputado federal Raimundo Cutrim (PCdoB) e de um delegado como integrantes do

esquema.

Para o MPF, quem divulgou o vídeo deve responder pela quebra do sigilo do processo. Para o procurador Juraci Guimarães Júnior, as imagens reveladas aparentemente são a gravação oficial da audiência.

"O vídeo que está sendo divulgado, e ao qual, em nenhum momento, o Ministério Público Federal teve acesso, e sequer participou dessa audiência, é um vídeo da própria audiência do processo. Provavelmente é o próprio vídeo da filmagem do processo na Justiça, não foi feito por terceiro. A gente não pode ainda afirmar, mas tudo leva a crer que sim. Feito isso, é importante dizer que esse processo é sigiloso, essa divulgação é ilícita e o juiz reafirma isso no próprio vídeo", completou.

No sábado (21), o procurador Juraci Guimarães Júnior, em companhia da também procuradora Carolina da Hora, concedeu entrevista coletiva sobre as denúncias feitas pelo soldado Fernando Paiva Moraes Júnior, da PMMA, numa audiência na 1ª Vara Federal Criminal sobre o processo em que ele é acusado de integrar quadrilha de contrabandistas desbaratada pela Polícia Civil durante operação na zona rural de São Luís. Os procuradores disseram que, por não ter sido homologada, a delação já feita pelo PM não significa nada juridicamente e que o militar denunciado no caso do contrabando mentiu em seu depoimento.

O PM afirmou ao juiz federal Luís Regis Bomfim Filho que foi pressionado pelo secretário Jefferson Portela, da Segurança, a apontar o deputado Raimundo Cutrim e o delegado Ney Anderson como integrantes do esquema de contrabando. Disse ainda o PM que tentaram ouvi-lo sem a presença dos seus advogados, no dia 7 de abril, o

que foi denunciado pela comissão de prerrogativas da OAB-MA, sendo contestado pelos representantes do MPF-MA. Segundo os procuradores, o soldado Paiva mudou seu depoimento. "O Ministério Público nunca descumpriu as prerrogativas da OAB. Os advogados tiveram acesso ao acusado, falaram com o acusado. O acusado desconstituiu o seu advogado e ele esteve na presença, durante 8h30, de um defensor público federal", ressaltou Guimarães. E recordou que, ao ser levado à Procuradoria, no começo do mês, o soldado alegou que foi ele quem pediu para ser transferido do xadrez, depois de receber informações de que corria riscos de vida onde estava recolhido.

"Ele se sentia ameaçado e procurou, lá onde estava preso, no Quartel da Polícia Militar, um outro soldado, amigo de fé dele, que era a única pessoa que ele confiava", acrescentou Juraci. "Não é verdade que o Ministério Público o tenha pressionado para delatar", enfatizou o procurador.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso			
( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias			
( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida		Outros	
( ) Geral ( ) Polícia		APOS, FATOS & BARATOS	
DATA	24/04/18	PÁG.	2
		( ) Gerada ( ) Espontânea	( ) Positiva ( ) Negativa

## O debate da destinação dos Precatórios de Fundef e o pagamento de honorários

Circulou recentemente no Maranhão uma notícia equivocada de que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região decidiu que é proibido pagar honorários de advocacia com Precatórios do Fundef. A notícia se refere a decisão judicial em processo do Município Carneiros/AL em que supostamente o TRF havia acatado os argumentos da União pela impossibilidade de uso dos valores para pagar advogados.

Acontece que não foi isso o tratado no Acórdão do Tribunal, conforme se percebe com a análise criteriosa dos processos em questão.

No processo movido pelo Município, o Poder Judiciário decidiu que o valor a ser recebido pelo Município deve ser gasto com a educação pública. Foi assim que se manifestou o Juiz da causa: *“Em relação à destinação das verbas pagas no precatório, é certo que a administração de recursos pertence ao município. Todavia, o município está obrigado a cumprir a Constituição Federal e a legislação ordinária pertinente, no sentido de aplicar as verbas advindas do referido precatório em atividades vinculadas à educação”.*

Porém, naquela mesma decisão, a Justiça Federal autorizou, expressamente, o pagamento dos honorários, seguindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (já bastante difundido) no sentido de que é possível o pagamento com essas verbas a serem recebidas em juízo porque se enquadra como “custo do processo”, e, sem a atuação de advogados, o Município jamais receberia um centavo sequer de crédito.

É o que consta da página 03 da decisão referida: *“Por fim, quanto à questão acerca da possibilidade ou não de retenção de honorários contratuais sobre os valores recebidos, em decorrência de sua origem, qual seja, o FUNDEF, tenho por legítima a retenção dos honorários contratuais.”*

De fato, o Município recorreu ao TRF 5ª Região para tentar dispor livremente do valor líquido a ser recebido, mas obteve como resposta um Acórdão reforçando que o que adentrar em seus Cofres, após os pagamentos devidos, só pode ser despendido com a Educação Básica.

Resumindo: ficou decidido que o Município pode pagar honorários com parte dos valores recuperados pelos advogados! Porém está obrigado a gastar todo o resto da verba com a Educação Pública Municipal de suas crianças e adolescentes.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso			
( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias			
( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida		Outros	
( ) Geral ( ) Polícia		CAPA	
DATA	24/04/18	PÁG.	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

**Divulgação equivocada no debate da destinação dos precatórios de Fundef e pagamento de honorários**

PÁG. 2 [C1]

# PM QUE ACUSOU JEFFERSON MENTIU PARA 'CONTURBAR INVESTIGAÇÕES', DIZ A SSP

AGÊNCIA ASSEMBLEIA



• MPF-MA vai apurar vazamento de vídeo em que PM acusa Portela

• Secretário presta esclarecimentos à Assembleia sobre denúncia de suposto monitoramento